



PROCESSO N. 22.490/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N. 133/2023
EDITAL N. 177/2023
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Mogi Mirim torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, objetivando a aquisição de materiais, descritos no Item I – OBJETO deste Edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002 e Decreto Federal n. 10.024/2019, com o Decreto Municipal n. 8.406/2021 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/1993, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site do Banco do Brasil S.A., www.bb.com.br, opção Licitações, ou diretamente em www.licitacoes-e.com.br.

INICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: às 08 horas do dia 08/12/2023.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08 horas do dia 11/12/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 11/12/2023.

MODO DE DISPUTA ABERTO e FECHADO.

I - OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto o Registro de preços para futuras e eventuais aquisições materiais hospitalares, insumos para Diabetes destinados a rede básica de saúde, insumos e bomba de infusão de insulina com os acessórios e dispositivo para infusão de insulina para atendimento de demanda Judicial, do município de Mogi Mirim de Mogi Mirim/SP, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações técnicas e condições do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

II - DO PROCEDIMENTO

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2 O certame será realizado através da utilização da opção "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A., conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre o BANCO DO BRASIL S/A e o MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.

2.3 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar dos lotes 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 deste Pregão EXCLUSIVAMENTE AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos, e dos demais todas as empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.



3.2 Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Mogi Mirim.

IV - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

4.2 O credenciamento do licitante vencedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A chave de identificação e a senha terão validade de até 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

4.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico observado data e horário limite estabelecido.

4.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A proposta inicial e todos os documentos de habilitação deverão ser anexados ao portal, no período previsto para acolhimento.

5.2 As propostas serão recebidas até o horário previsto, após ocorrerá sua divulgação passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

5.2.1 O encaminhamento das propostas refere-se exclusivamente ao envio do valor global do lote para qual o licitante deseja participar junto ao portal eletrônico escolhido.

5.2.2 Fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, sob pena de desclassificação do certame pela Pregoeira.

5.2.3 A comissão de licitação e demais licitantes, terão acesso à proposta e toda documentação da empresa arrematante anexada ao portal, somente após o encerramento da Sessão.



5.3 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 O Licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar n.º 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do Artigo 3º, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

5.5 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.6 A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.7 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.8 O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.9 O Licitante deverá solicitar o cancelamento da chave de identificação e a senha de acesso por interesse próprio, quando for o caso.

5.10 O Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos e em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

5.11 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12 Na proposta de preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:

5.12.1 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada;

5.12.2 Excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com quatro casas decimais;

5.12.3 A marca do material deverá ser obrigatoriamente especificada.

5.12.4 Somente serão aceitos preços com duas casas decimais após a vírgula.

5.12.5 Deverá ser indicado na proposta o responsável pela assinatura do contrato, contendo os seguintes dados:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____



E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

5.12.5.1 A empresa arrematante deverá encaminhar juntamente com a proposta final, o arquivo.pdf do cadastro corporativo do responsável pela assinatura. Caso a empresa não possua, o primeiro acesso deverá ser feito por meio de *login* na página inicial da internet <https://www.tce.sp.gov.br>

5.12.6 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

5.12.7 É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pela Pregoeira, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.

5.12.8 Os preços contidos incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, despesas, acessórios e encargos, inclusive tributários, incidentes sobre a proposta, quando não incorporados ao preço oferecido e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

5.12.9 Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os folders, encartes, folhetos técnicos ou catálogos dos produtos, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, quando for solicitado pela Pregoeira pelo sistema eletrônico.

5.13 A proposta de preços enviada implicará plena aceitação, por parte do Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.14 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação pelo licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

VI – DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 De conformidade com o estabelecido neste Edital terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico será aberta pela pregoeira, com a divulgação das Propostas de preços em conformidade com o item 5 - Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

6.2 A Pregoeira verificará as propostas de preços enviados, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, informando de tal fato ao Licitante desclassificado, fato que será registrado no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes. Somente as propostas classificadas pela Pregoeira participarão da etapa do envio dos lances.

6.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5 A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitacoes-e.com.br, conforme Edital.



6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cuja importância deve corresponder ao valor total a ser ofertado para os produtos/serviços (art. 30, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

7.2 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro (art. 30, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.3 Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL/GLOBAL DO LOTE**.

7.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, até a hora de encerramento da fase de lances, observadas as regras de aceitação estabelecidas neste Edital (art. 30, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.5 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (art. 30, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, mesmo que de licitantes distintos, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (art. 30, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.7 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (art. 30, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019), bem como ter acesso a todos os documentos que sejam convocados como anexo.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto e fechado, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado (art. 31, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019).

7.9 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos (art. 33, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o prazo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada (art. 33, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.11 Encerrado o prazo do item 7.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo (art. 33, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.12 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições do item precedente, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo (art. 33, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).



7.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.11 e 7.12, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade (art. 33, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.14 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.11 e 7.12, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.13 (art. 33, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.15 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.14 (art. 33, § 6º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados (art. 34 do Decreto nº 10.024/2019).

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitacoes-e.com.br (art. 35 do Decreto nº 10.024/2019).

7.18 Após a etapa de envio de lances será verificada a existência de microempresas ou empresas de pequeno porte, para os efeitos do contido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.19 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) (art. 44, caput, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.20 Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas ME/EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.21 A preferência de contratação para as ME/EPP será concedida da seguinte forma:

a) a ME/EPP mais bem classificada em cada item poderá apresentar proposta de preço inferior à de menor preço ao final da fase de lances, situação em que, depois de cumpridas as demais exigências para sua habilitação, será declarada vencedora do certame e adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, I, da Lei Complementar nº 123/2006);

b) não ocorrendo à contratação da ME/EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.19, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II, da Lei Complementar nº 123/2006);

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.19, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, III, da Lei Complementar nº 123/2006), esclarecido que o sorteio previsto não se aplica na fase de lances.



7.22 A ME/EPP convocada para apresentar nova proposta na forma do item anterior terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos para fazê-lo, após mensagem automática do sistema eletrônico no chat, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.23 Havendo êxito no procedimento de preferência de contratação para ME/EPP, o sistema eletrônico disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação.

VIII – DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

8.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e eventual procedimento de preferência para ME/EPP, na forma do item 7.19, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital (art. 38, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

8.3 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.4 O Pregoeiro poderá solicitar documentos complementares sempre que julgar necessário (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.5 O licitante deverá apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.2, bem como os documentos complementares solicitados, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019) pelo e-mail: alba.licitacoesmm@gmail.com.

8.5.1 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os mesmos deverão ser apresentados em formato digital, pelo e-mail: alba.licitacoesmm@gmail.com, no prazo definido no edital.

8.5.2 Na hipótese de contratação de serviços comuns em que o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente pelo e-mail: alba.licitacoesmm@gmail.com, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8.6 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 8.2 e recebidos tempestivamente os documentos complementares eventualmente solicitados na forma do item 8.4, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, bem como verificará a habilitação do licitante conforme as disposições estabelecidas por este instrumento convocatório (art. 39 do Decreto nº 10.024/2019).

8.7 O lote cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação, constante das Especificações Técnicas no Anexo I, poderá não ser aceito e adjudicado.

8.8 Na hipótese de a proposta vencedora não foi aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, inclusive levando em conta os critérios do item 8, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital (art. 43, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).



8.9 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784, de 1999 (art. 47 do Decreto nº 10.024/2019).

8.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata (art. 47, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019).

8.11 Verificadas a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar em cada lote e a compatibilidade de seu preço com o valor estimado, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas comerciais.

8.12 Atendidas às especificações do Edital, estando habilitado o Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) lote (s).

8.13 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

8.14 A proposta de preços devidamente atualizada com o último lance e respectivos fôlderes, encartes, ou catálogos dos bens e/ou serviços ofertados, bem como a documentação no caso de empresa que não possua assinatura com certificado digital deverão ser enviados para a Pregoeira, na Secretaria de Suprimentos localizada Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP, CEP: 13.800-050, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da indicação do Licitante vencedor. Caso o vencedor seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias.

9.15 O resultado desta licitação será publicado no site www.licitacoes-e.com.br.

9.16 Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas, o(a) Pregoeira (o) convocará todas as licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

IX – DA HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos de habilitação serão os seguintes:

A) DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e da última alteração contratual, se houver, devidamente depositados ou arquivados na Junta Comercial do Estado onde estiver estabelecida a pessoa jurídica, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.



4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B) DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. **Cartão CNPJ.**
2. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.**
3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União).**
4. **Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação Estadual, no que tange aos débitos efetivamente inscritos em Dívida Ativa.**
5. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, com validade da data da abertura dos envelopes de documentação.**
6. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS), com validade na data da abertura dos envelopes de documentação.**
7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

Quanto às certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas as que forem expedidas com prazo não superior a 06 (seis) meses a contar da data da abertura dos envelopes dos documentos para habilitação.

Os documentos referidos neste tópico poderão ser apresentados em original (Internet) ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

C) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Apresentação da Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária do Município de origem ou Estado (onde a empresa licitante esta estabelecida);
2. Comprovação de autorização (AFE) por órgão competente do Ministério da Saúde, incumbido da Vigilância Sanitária dos produtos em objeto, contendo permissão para que a empresa licitante exerça as atividades sob regime de vigilância sanitária.
3. Registro do Produto no Ministério da Saúde dentro de sua validade, e estando o registro vencido, deverá ser apresentada cópia da revalidação do mesmo atualizada ou cópia da publicação no D.O.U especificando o deferimento da revalidação.

No caso de produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados, deverão ser apresentadas cópias das publicações no Diário Oficial da União que conste a Dispensa de Registro dos mesmos.



4. Deverão ser apresentados folhetos técnicos ou catálogos, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos itens ofertados (com versão em português).

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Certidão negativa de falência expedida pelo cartório judicial distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Caso a empresa se encontre em processo de recuperação judicial, deverá apresentar durante a fase de Habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor.

9.2 Juntamente com os documentos para habilitação deverá ser enviada declaração dando ciência de que a licitante não mantém em seu quadro de pessoal, menores em qualquer trabalho (Anexo III – Modelo), declaração de fato impeditivo de habilitação (Anexo II), Declaração de ME ou EPP (Anexo V).

9.3 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

9.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por Cartório competente, ou mediante publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou ainda mediante assinatura por certificado digital, devendo, preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste Edital.

9.5 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do Licitante.

9.6 A Pregoeira e sua equipe poderão verificar nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e constituirá meio legal de prova,, para fins de habilitação.

9.6.1 A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.6.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

X – DA IMPUGNAÇÃO

10.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, por meio eletrônico, no horário de 08h às 17h, através do email licitacoesmm1@gmail.com.

10.1.1 À Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a petição no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.1.1.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.



10.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

XI – DOS RECURSOS

11.1 Declarado vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer (art. 44, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

11.1.1 Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar da data final do prazo do recorrente assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 44, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência direito e a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto pela Pregoeira ao licitante declarado vencedor (art. 44, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.4 A decisão da Pregoeira deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

11.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal situada à Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP.

XII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Na ausência de recurso caberá à Pregoeira adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor homologação (art. 46 do Decreto nº 10.024/2019).

12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao Licitante vencedor pela Pregoeira (art. 45 do Decreto nº 10.024/2019).

12.3 Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

XIII – DO PAGAMENTO

13.1 O Município pagará à CONTRATADA o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do objeto do presente licitatório e fica condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, que deverá ser entregue juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS, em plena validade, devidamente atestado por funcionário credenciado do CONTRATANTE.

§1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da nota de empenho, o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco), anexo.



§2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

13.2 O pagamento será efetuado no décimo quinto dia do mês subsequente a data do aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo do equipamento, após a entrega da documentação descrita no item 13.1, e fica condicionado à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade.

13.3 A CONTRATADA não poderá negociar títulos provenientes deste termo.

XIV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Os recursos necessários para fazer frente às despesas da presente licitação onerarão as dotações orçamentárias:

| Dotação | Programa de Trabalho | Código Orçamentário | Fonte de Recurso |
|----------------|-----------------------------|----------------------------|--|
| 494 | 014912.1030310042.029 | 3.3.90.30.00 | 2 – Transferências e Convênios Estaduais |
| 496 | 014912.1030310042.153 | 3.3.90.30.00 | 1 - Tesouro |

XV – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Constam na Minuta da ata registro de preços – Anexo IV, as condições e forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes, que faz parte integrante deste Edital.

15.2 Até a data de assinatura do Contrato poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos (s) ou declaração (ões) incorreta (s), bem como aquela cuja situação técnica ou econômica/ financeira tenha se alterado após início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

15.3 Nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93, ocorrendo recusa em assinar o contrato, sem justificativa aceita pelo Município de Mogi Mirim, no prazo de 05 (cinco) dias contados da homologação, ou então na hipótese de silêncio, dentro do mesmo prazo, o proponente vencedor, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, decairá do direito de contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93.

16.2 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor dos produtos, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

16.3.1 – Advertência;

16.3.2 – Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;



16.3.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

16.4 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontada do preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 As informações administrativas e técnicas relativas a presente licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria de Suprimentos e Qualidade, no endereço citado no preâmbulo do presente edital, Fone: (19) 3814 1060, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, ou pelo email sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com

17.2 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

17.3 Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos.

17.4 As licitantes devem ter pleno conhecimento de todas as disposições constantes do edital, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta.

17.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que possíveis à aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

17.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

17.7 A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do objeto do presente procedimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.8 O Município de Mogi Mirim no interesse da Administração poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação.

17.9 As declarações e procurações deverão ter reconhecimento de firma ou o agente administrativo deverá confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento. No caso de não serem enviadas as Declarações constantes do Edital nos moldes citados, a licitante, deverá declarar a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

17.10 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da lei, caso decidam valer-se dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverão apresentar a declaração constante do Anexo V do presente Edital juntamente com a proposta de preços.

17.10.1 A apresentação da declaração constante do Anexo V do presente edital não impede o Município de realizar as diligências que forem necessárias para perquirir se a licitante que se apresentou como ME ou EPP realmente preenche as condições legais para o gozo dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.



17.10.2 Na hipótese de se constatar a inveracidade do afirmado pela licitante na declaração apresentada ao Município nos termos do Anexo V do presente edital, ou no caso de não apresentação de informações exigidas nos termos da cláusula 17.10.1, no prazo assinalado pela municipalidade, a licitante será desclassificada e punida com as sanções previstas na cláusula 16.3, convocando-se logo em seguida o segundo colocado da disputa.

XVIII - ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

- 18.1 Anexo I - Termo de Referência.
- 18.2 Anexo II - Modelo de Declaração de atendimento as exigências de habilitação.
- 18.3 Anexo III – Modelo de Declaração de proteção ao menor.
- 18.4 Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 18.5 Anexo V – Declaração de ME ou EPP
- 18.6 Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação
- 18.7 Anexo VII – Cadastro do Responsável
- 18.8 Anexo VIII – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Mogi Mirim, 21 de novembro de 2023.

Clara Alice Franco de A. Carvalho
Secretária de Saúde



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições materiais hospitalares, insumos para Diabetes destinados a rede básica de saúde, insumos e bomba de infusão de insulina com os acessórios e dispositivo para infusão de insulina para atendimento de demanda Judicial, do município de Mogi Mirim de Mogi Mirim/SP, pelo período de 12 meses.

- a) **Toda documentação de habilitação e técnicos juntamente com a proposta inicial, deverão ser anexada ao portal do Banco do Brasil.**
- b) **A proposta de preços devidamente atualizada com o último lance ofertado, bem como a documentação NO CASO DE EMPRESA QUE NÃO POSSUA ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL, deverão ser enviados para a Pregoeira, na Secretaria de Suprimentos localizada Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP, CEP: 13.800-050, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da indicação do licitante arrematado.**
- c) Não serão aceitos documentos com cópias simples. Os documentos retirados via internet são considerados originais (não necessita ser autenticados).

JUSTIFICATIVA – ATENDIMENTO A REDE BÁSICA

Considerando o Protocolo Municipal de Atendimentos em Diabetes Mellitus 2018;
Considerando a PORTARIA Nº 2.583, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007 que define o elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus.

Considerando o nosso dever de garantir o tratamento e o controle das doenças que acometem a população, zelando pelo seu bem estar.

Considerando a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Justificamos o pedido para a obtenção dos materiais/insumos, que são de extrema importância para o controle e manutenção da vida dos pacientes insulino-dependentes, sendo que a falta dos mesmos pode comprometer ou prejudicar o tratamento médico previamente estabelecido.

JUSTIFICATIVA – ATENDIMENTO A PROCESSOS JUDICIAIS

Considerando o atendimento contínuo e ininterrupto que os pacientes portadores de decisão judicial têm garantido;

Considerando que os Processos Judiciais têm prazo específico para seu cumprimento sob a penalidade de execução de multa diária determinada pelo Poder Judiciário, variando de R\$100,00 à R\$ 200,00;

Considerando o nosso dever de proteger o erário público das execuções de multas, do descumprimento de decisões judiciais e de crimes de desobediência;

Considerando o nosso dever de garantir o tratamento e a eficácia do mesmo aos pacientes, zelando pelo seu bem estar;

Considerando a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, a qual estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas;

Vimos através desta, justificar a **urgência de providências** para a obtenção dos insumos que, são de extrema importância para a vida dos pacientes e a falta dos mesmos poderá comprometer o tratamento médico previamente estabelecido e protegido por decisão judicial.



JUSTIFICATIVA PARA O LOTE 15

Considerando que a empresa Medtronic Comercial LTDA. possui o Atestado de exclusividade com a autorização para comercialização e distribuição em todo o Brasil dos produtos fabricados pela empresa Medtronic Minimed Inc.;

Considerando o atendimento contínuo e ininterrupto que os pacientes portadores de decisão judicial têm garantido;

Considerando que os Processos Judiciais têm prazo específico para seu cumprimento sob a penalidade de execução de multa diária determinada pelo Poder Judiciário, variando de R\$100,00 à R\$ 200,00;

Considerando o nosso dever de proteger o erário público das execuções de multas, do descumprimento de decisões judiciais e de crimes de desobediência;

Considerando o nosso dever de garantir o tratamento e a eficácia do mesmo aos pacientes, zelando pelo seu bem estar;

Considerando a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, a qual estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas;

Justificamos a **urgência de providências** para a obtenção do aparelho de infusão de insulina e seus respectivos materiais e dispositivo para infusão de insulina, que são de extrema importância para a vida dos pacientes, visto que a falta dos mesmos poderá comprometer o tratamento médico previamente estabelecido e protegido por decisão judicial.

Conforme determinação Judicial, deverão ser adquiridos o aparelho e insumos da bomba e o dispositivo para infusão de insulina do fabricante Medtronic:

| LOTE 01 - LANCETA PARA TESTE DE GLICEMIA | | | | |
|--|------|--|---------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 4797 | LANCETAS PARA TESTE DE GLICEMIA - LANCETA PARA COLETA DE SANGUE CAPILAR, DESCARTÁVEL. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, ESTÉRIL, COM PONTA EM BISEL E EMBUTIDA EM CORPO PLÁSTICO OU OUTRO MATERIAL COMPATÍVEL, COM FORMATO ERGONÔMICO, QUE POSSUA PROTETOR PLÁSTICO E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA FÁCIL MANUSEIO E SEGURANÇA NA PUNÇÃO. DEVE GARANTIR CONFORTO E SEGURANÇA AO PACIENTE. AGULHA DE NO MÍNIMO 25G E NO MÁXIMO 28 G E ATÉ 1.8MM DE PROFUNDIDADE. USO ÚNICO EM CONFORMIDADE COM A NR32. EMBALAGEM CONTENDO NO MÁXIMO 100 UNIDADES, SENDO ESTA RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, ESTERILIZADO A RADIAÇÃO GAMA, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO EMITIDO PELA ANVISA, EM CONFORMIDADE COM A NR32 E AFE. | 865.000 | PC |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | R\$ |



| LOTE 02 - TIRA REAGENTE | | | | |
|-------------------------|------|---|---------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 3700 | <p>TIRAS REAGENTES PARA MEDIDA DE GLICEMIA QUE FAÇAM AMOSTRAS EM SANGUE CAPILAR, VENOSO, ARTERIAL E NEONATAL, COM ÁREA REATIVA PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE GLICEMIA, UTILIZANDO METODOLOGIA DE BIOSENSOR AMPEROMÉTRICO, APRESENTAÇÃO DO RESULTADO ATRAVÉS DO MONITOR PORTÁTIL, COM DISPLAY VISUAL AMPLO COM NÚMEROS GRANDES E FÁCEIS DE LER, SEM NECESSIDADE DE CALIBRAÇÃO (SISTEMA NO CODE). O MÉTODO DE ANÁLISE DEVE APRESENTAR LINEARIDADE NA FAIXA DE 10 A 600 MG/DL, ACEITANDO-SE VALORES MENORES DE 10 MG/DL E MAIORES DE 600 MG/DL, COM INDICAÇÃO QUE LEVE À REPETIÇÃO DO TESTE QUANDO NECESSÁRIO. O TESTE DEVE SER RÁPIDO COM RESULTADO EM ATÉ NO MÁXIMO 10 SEGUNDOS, APÓS A APLICAÇÃO DO SANGUE TOTAL NA TIRA. AMOSTRA DE SANGUE TOTAL OBTIDA POR PUNÇÃO DE POLPA DIGITAL COM VOLUME DE 0,5 À 1 MICROLITRO, APLICADA DIRETAMENTE NA TIRA REATIVA. DEVERÁ APRESENTAR RESULTADOS CONFIÁVEIS QUANDO COMPARADOS COM MÉTODOS DE REFERÊNCIA LABORATORIAIS, DE ACORDO COM A ISSO 15.197/2013.</p> <p>NÃO DEVE HAVER CONTATO DO SANGUE DA TIRA COM O APARELHO PARA EVITAR RISCO DE INFECÇÃO. MEMÓRIA MÍNIMA DO APARELHO DE 350 RESULTADOS.</p> <p>AS TIRAS DEVEM SER EMBALADAS EM FRASCOS COM 25 OU 50 TIRAS, DE ACORDO COM A PRAXE DO FABRICANTE, DE MODO A ASSEGURAR PROTEÇÃO DO PRODUTO, ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O PRAZO DE VALIDADE DA EMBALAGEM FECHADA DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO DE 12 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO, E A VALIDADE DAS TIRAS APÓS ABERTURA DO FRASCO DEVERÁ SER A MESMA QUE A DESCRITA NA EMBALAGEM, MANTENDO ASSIM A CONFIABILIDADE DOS RESULTADOS.</p> <p>O PRODUTO DEVE AINDA APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, EMITIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) EM PLENA VIGÊNCIA. A EMPRESA VENCEDORA DEVE CEDER EM REGIME DE COMODATO NO MÍNIMO 2.500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) APARELHOS MEDIDORES / LEITORES NOVOS (COMPATÍVEIS COM AS TIRAS OFERTADAS) E ACESSÓRIOS, SEM ÔNUS, QUE ATENDA AOS REQUISITOS DA NORMA TÉCNICA ISO 15.197/2013, ACOMPANHADOS DE MANUAL, BEM COMO SOFTWARE (EM PORTUGUÊS) PARA FACILITAR A DISPENSAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DOS PACIENTES, COMPATÍVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7, 8 E 10. O MONITOR DEVERÁ POSSUIR CONTROLE DE USO DE OPERAÇÃO NA FAIXA DE TEMPERATURA DE 10°C A 40°C, NÃO INTERFERIR COM EQUIPAMENTOS ELETROMAGNÉTICOS DE USO DOMICILIAR COMO CELULARES, CONTROLE REMOTO, ETC, ALÉM DE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA A REUTILIZAÇÃO DE TIRAS JÁ USADAS. O SOFTWARE DEVERÁ DEMONSTRAR OS DADOS ESSENCIAIS COMO: NÚMERO DE AFERIÇÕES/DIA E MÊS, QUANTIDADE DE TIRAS UTILIZADAS, HORÁRIOS DAS MEDIÇÕES REALIZADAS, PICOS DE GLICEMIA, ETC. O SOFTWARE DEVERÁ FORNECER INFORMAÇÕES QUANTO ÀS MEDIÇÕES QUE APRESENTARAM ERRO DE LEITURA, DEMONSTRANDO QUAL TIPO DE ERRO, SENDO ESTAS TIRAS TAMBÉM COMPUTADAS COMO UTILIZADAS. DESTE MODO AS TIRAS DESCARTADAS POR MOTIVO DE ERRO DE LEITURA DEVERÃO SER COMPUTADAS NAS QUANTIDADES UTILIZADAS PARA CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO.</p> <p>A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ PROMOVER O TREINAMENTO DO USO DO SOFTWARE AOS FUNCIONÁRIOS E FARMACÊUTICOS MUNICIPAIS, QUE DEVERÁ OCORRER EM HORÁRIOS PRÉ-AGENDADOS, SEM ÔNUS AOS COFRES PÚBLICOS, ASSIM COMO ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA. TAMBÉM DEVERÁ FORNECER SOLUÇÕES CONTROLE (UTILIZADO NA CALIBRAÇÃO DO APARELHO) PARA VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO MEDIDOR E DAS TIRAS REAGENTES, SEMPRE QUE NECESSÁRIO E DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE MOGI MIRIM. EM CASO DE NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE, O QUANTITATIVO DE</p> | 900.000 | PC |



| | | | | |
|---------------------|--|--|-----|--|
| | | <p>APARELHOS GLICOSÍMETROS PODERÁ SER ACRESCIDO EM ATÉ 10% (DEZ POR CENTO), DO QUANTITATIVO MENCIONADO. OS APARELHOS LEITORES DEVERÃO SER NOVOS, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO. OS APARELHOS DEVERÃO VIR ACOMPANHADOS DE PILHAS E/OU BATERIAS, E SOLUÇÃO CONTROLE PARA CALIBRAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO. A CONTRATADA DEVERÁ REPOR OS APARELHOS LEITORES QUE APRESENTAREM QUALQUER PROBLEMA DE FUNCIONAMENTO, NO PRAZO MÁXIMO DE 7 DIAS ÚTEIS APÓS A RECLAMAÇÃO, ASSIM COMO FORNECER BATERIAS PARA REPOSIÇÃO DOS APARELHOS ENTREGUES AOS USUÁRIOS E UTILIZADOS PELO SERVIÇO DE SAÚDE, SOLUÇÃO CONTROLE (CALIBRAÇÃO) PARA O BOM FUNCIONAMENTO DOS APARELHOS, ENQUANTO PERDURAR O CONTRATO.</p> <p>A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS DAS TIRAS, MONITOR, SOLUÇÃO CONTROLE E SOFTWARE PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LABORATÓRIO PARA COMPROVAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO.</p> <p>A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS, AFE E REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE. AS EMPRESAS DEVERÃO TRAZER AMOSTRAS DO OBJETO DA COMPRA CONFORME SOLICITADO, OU SEJA, AMOSTRAS DAS TIRAS REAGENTES, APARELHO MEDIDOR E APRESENTAÇÃO DO SOFTWARE EM PORTUGUÊS.</p> <p>A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM UMA DECLARAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E/OU FARMÁCIAS LOCAIS QUE COMPROVEM POSSUIR AS TIRAS DA MARCA OFERTADA PARA VENDA AOS CONSUMIDORES LOCAIS, COM REGISTRO DE VENDA DENTRE OS ÚLTIMOS 4 MESES, DEMONSTRANDO TER SEU PRODUTO DE FÁCIL ACESSO PARA VENDAS NAS FARMÁCIAS DO COMÉRCIO LOCAL, VISTO A NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DOS INSUMOS PELOS USUÁRIOS.</p> | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | R\$ | |

| LOTE 03 - SERINGA DESCARTAVEL | | | | |
|-------------------------------|------|--|---------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 6566 | SERINGA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE PLÁSTICO, ATÓXICO, CAPACIDADE 100 UI, INCOLOR COM RESISTÊNCIA MECÂNICA, CORPO CILÍNDRICO, ESCALA EXTERNA EM GRAVAÇÃO INDELÉVEL DE 0 A 100 UI COM DIVISÕES DE 2 EM 2 UNIDADES, COM AGULHA HIPODÉRMICA ACOPLADA NO CORPO DAS SERINGAS (MONO BLOCO), EXTREMIDADE PROXIMAL DO ÊMBOLO COM PISTÃO DE VEDAÇÃO DE BORRACHA ATÓXICA APIROGÊNICA. AGULHA DE 8MM DE COMPRIMENTO POR 0,30MM DE DIÂMETRO (30G 5/16"), CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, NIVELADA, POLIDA CILÍNDRICA, RETA, OCA, COM BISEL TRIFACETADO, AFIADA, COM CANHÃO TRANSLÚCIDO, PROVIDA DE PROTETOR QUE PERMITA ADAPTAÇÃO DO CANHÃO. AS SERINGAS DEVERÃO APRESENTAR TAMPA PROTETORA QUE GARANTA A ESTERILIDADE DO PRODUTO, ATÉ QUE SEJAM REMOVIDAS OU DANIFICADAS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM COM 10 UNIDADES OU EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ABERTURA EM PÉTALA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, ESTÉRIL (DESCARTÁVEL). CAIXA CONTENDO NO MÁXIMO 100 UNIDADES. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO E CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EMITIDO PELA ANVISA, AFE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. | 300.000 | PC |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | R\$ | |

| LOTE 04 - TIRA REAGENTE - JUDICIAL | | | | |
|------------------------------------|------|---|--------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 3700 | TIRA REAGENTE PARA GLICEMIA CAPILAR MARCA ROCHE ACCU-CHEK GUIDE ME | 50.000 | PC |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | R\$ | |



| LOTE 05 - AGULHAS | | | | |
|--------------------------|------|--|---------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 9042 | AGULHAS PARA USO EM CANETA DE INSULINA, 32G, MEDINDO 0,23 X 4MM, COMPATÍVEL COM TODAS AS MARCAS DE CANETAS DO MERCADO. AGULHAS COM BISEL TRIFACETADO, DE FÁCIL PENETRAÇÃO, DISPENSA PREGA CUTÂNEA. | 213.000 | PCA |
| 2 | 2770 | AGULHAS PARA USO EM CANETA DE INSULINA, MEDINDO 0,25 X 5MM, COMPATÍVEL COM TODAS AS MARCAS DE CANETAS DO MERCADO. AGULHAS COM BISEL TRIFACETADO, DE FÁCIL PENETRAÇÃO, DISPENSA PREGA CUTÂNEA. | 11.000 | PC |
| 3 | 9043 | AGULHAS PARA USO EM CANETA DE INSULINA, 32G, MEDINDO 0,25 X 6MM, COMPATÍVEL COM TODAS AS MARCAS DE CANETAS DO MERCADO. AGULHAS COM BISEL TRIFACETADO, DE FÁCIL PENETRAÇÃO, DISPENSA PREGA CUTÂNEA. | 16.000 | PCA |
| 4 | 5394 | AGULHAS PARA USO EM CANETA DE INSULINA, 30G, MEDINDO 0,30 X 8MM, COMPATÍVEL COM TODAS AS MARCAS DE CANETAS DO MERCADO. AGULHAS COM BISEL TRIFACETADO, DE FÁCIL PENETRAÇÃO, DISPENSA PREGA CUTÂNEA. | 3.000 | PC |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | R\$ | |

| LOTE 06 - BOLSA DE ILEOSTOMIA | | | | |
|--------------------------------------|------|--|-------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 9641 | BOLSA DE ILEOSTOMIA + PLACA - SISTEMA DE 2 PEÇAS - PLACA PLANA FLANGE 40MM - RECORT 10-35 MM E BOLSA DRENAVEL, OPACA, FLANGE DE 40MM. REFERENCIA DE MARCA: COLOPLAST, CONFORME DESCRIÇÃO EM DETERMINAÇÃO JUDICIAL. | 60 | CJ |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

| LOTE 07 - CATETER VESICAL FEMININO | | | | |
|---|------|--|-------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 2750 | CATETER VESICAL FEMININO SPEEDCATH COMPACT FR/CH10, INSTANTANEAMENTE PRONTO PARA USO, APRESENTANDO REVESTIMENTO HIDROFÍLICO EXCLUSIVO E ORIFÍCIOS POLIDOS QUE GARANTAM CATETERISMO SEGURO E SIMPLES. MARCA FABRICANTE - COLOPLAST. CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL DEVERÁ SER ADQUIRIDO O PRODUTO DA MARCA, NÃO SENDO POSSÍVEL A INTERCAMBIALIDADE POR SIMILAR. | 2.400 | PC |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

| LOTE 08 - EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL | | | | |
|--|------|---|-------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 1091 | EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL - DISPOSITIVO PARA INFUSÃO ENTERAL DESCARTÁVEL, ATÓXICO, ESTÉRIL, CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUÇÕES ENTERAIS. CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÕES (FRASCO OU BOLSA) E CONEXÃO COM SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL, SONDA NASOGÁSTRICA E SONDA DE GASTROSTOMIA. CONTENDO LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL PARA VISUALIZAÇÃO GOTEJAMENTO, TUBO FLEXÍVEL DE COLORAÇÃO AZUL EM P.V.C. DE NO MÍNIMO 1,2M DE COMPRIMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE (CLAMP E ROLETE). EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU | 3.000 | PCA |



| | | | | |
|----------------------------|------|---|------------|-----|
| | | CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO. | | |
| 2 | 7023 | FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - 300 ML, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM GRADUAÇÃO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (AMOSTRA). | 4.000 | PCA |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

| LOTE 09 - FRALDAS | | | | |
|--------------------------|-------------|---|--------------|--------------|
| ITEM | CEBI | ESPECIFICAÇÃO | QTDE. | UNID. |
| 1 | 27990 | <p>FRALDAS M - FRALDA DESCARTÁVEL USO ADULTO - TAMANHO M, GERIÁTRICA TAMANHO MÉDIO ATÓXICA, FORMATO ANATÔMICO. CAMADA EXTERNA: IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, TIPO FILME DE POLIETILENO. CAMADA INTERMEDIÁRIA: PAINEL DE ABSORÇÃO EM FORMATO ANATÔMICO, COMPOSTA POR ALGODÃO HIDRÓFILO, DE POLPA DE CELULOSE E MATERIAIS POLIMÉRICOS ABSORVENTES, COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL, CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA, E COM CAPA DE APOIO ESTRUTURAL. COMPOSTA POR 04 FITAS ADESIVAS TIPO ABRE-FECHA, SISTEMA ABRE/FECHA SEM PERDA DA ADERÊNCIA, COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO, AS EXTREMIDADES LIVRES DEVEM SER ADEQUADAMENTE PROTEGIDAS, PRESERVANDO A ADESIVIDADE. A FRALDA DEVERÁ TER FORMATO ANATÔMICO, COM MÚLTIPLOS ELÁSTICOS PARA GARANTIR AJUSTE PERFEITO E IMPEDIR VAZAMENTOS, DEVENDO APRESENTAR ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS COM NO MÍNIMO 3 FIOS, ABSORÇÃO INTENSA E POSSUIR INIBIDOR DE ODORES.</p> <p>CAMADA INTERNA: COMPOSTA DE POLPA DE CELULOSE E FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES PARA MAIOR ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDO, MANTENDO A UMIDADE LONGE DO CONTATO DIRETO DA PELE, CAMADA EXTERNA CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, A BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS. CAMADA INTERNA E EXTERNA PERFEITAMENTE SOBREPOSTAS, COM BORDAS UNIDAS, PARA EVITAR DESLOCAMENTO DA CAMADA INTERMEDIÁRIA NO USO, INDICADOR DE UMIDADE PARA FACILITAR A TROCA, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, COM MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO. MEDIDAS: A CINTURA DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 80 A 115CM, PESO DO USUÁRIO NO MÍNIMO DE 40 A 70KG. PACOTE COM NO MÍNIMO 7 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº 36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RESOLUÇÃO -RDC Nº185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001. NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE.</p> | 2.000 | PC |
| 2 | 22911 | <p>FRALDAS G - FRALDA DESCARTÁVEL USO ADULTO - TAMANHO G, GERIÁTRICA TAMANHO GRANDE ATÓXICA, FORMATO ANATÔMICO. CAMADA EXTERNA: IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, TIPO FILME DE POLIETILENO. CAMADA INTERMEDIÁRIA: PAINEL DE ABSORÇÃO EM FORMATO ANATÔMICO, COMPOSTA POR ALGODÃO HIDRÓFILO, DE POLPA DE CELULOSE E MATERIAIS POLIMÉRICOS ABSORVENTES, COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL, CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA, E COM CAPA DE APOIO ESTRUTURAL. COMPOSTA POR 04 FITAS ADESIVAS TIPO ABRE-FECHA, SISTEMA ABRE/FECHA SEM PERDA DA ADERÊNCIA, COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO, AS EXTREMIDADES LIVRES DEVEM SER ADEQUADAMENTE PROTEGIDAS, PRESERVANDO A ADESIVIDADE. A FRALDA DEVERÁ TER FORMATO ANATÔMICO, COM MÚLTIPLOS ELÁSTICOS PARA GARANTIR AJUSTE PERFEITO E IMPEDIR VAZAMENTOS, DEVENDO APRESENTAR ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS COM NO MÍNIMO 3 FIOS, ABSORÇÃO INTENSA E POSSUIR INIBIDOR DE ODORES.</p> | 17.000 | PC |



| | | | | |
|----------------------------|-------|---|------------|----|
| | | <p>CAMADA INTERNA: COMPOSTA DE POLPA DE CELULOSE E FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES PARA MAIOR ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDO, MANTENDO A UMIDADE LONGE DO CONTATO DIRETO DA PELE, CAMADA EXTERNA CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, A BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS. CAMADA INTERNA E EXTERNA PERFEITAMENTE SOBREPOSTAS, COM BORDAS UNIDAS, PARA EVITAR DESLOCAMENTO DA CAMADA INTERMEDIÁRIA NO USO, INDICADOR DE UMIDADE PARA FACILITAR A TROCA, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, COM MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO. MEDIDAS: A CINTURA DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 115 A 150CM, PESO DO USUÁRIO NO MÍNIMO 70 A 90KG. PACOTE COM NO MÍNIMO 7 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº 36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RESOLUÇÃO - RDC Nº185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001. NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE.</p> | | |
| 3 | 24807 | <p>FRALDAS EG - FRALDA DESCARTÁVEL USO ADULTO - TAMANHO EG, GERIÁTRICA TAMANHO EXTRA GRANDE ATÓXICA, FORMATO ANATÔMICO.</p> <p>CAMADA EXTERNA: IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, TIPO FILME DE POLIETILENO.</p> <p>CAMADA INTERMEDIÁRIA: PAINEL DE ABSORÇÃO EM FORMATO ANATÔMICO, COMPOSTA POR ALGODÃO HIDRÓFILO, DE POLPA DE CELULOSE E MATERIAIS POLIMÉRICOS ABSORVENTES, COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL, CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA, E COM CAPA DE APOIO ESTRUTURAL.</p> <p>COMPOSTA POR 04 FITAS ADESIVAS TIPO ABRE-FECHA, SISTEMA ABRE/FECHA SEM PERDA DA ADERÊNCIA, COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO, AS EXTREMIDADES LIVRES DEVEM SER ADEQUADAMENTE PROTEGIDAS, PRESERVANDO A ADESIVIDADE. A FRALDA DEVERÁ TER FORMATO ANATÔMICO, COM MÚLTIPLOS ELÁSTICOS PARA GARANTIR AJUSTE PERFEITO E IMPEDIR VAZAMENTOS, DEVENDO APRESENTAR ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS COM NO MÍNIMO 3 FIOS, ABSORÇÃO INTENSA E POSSUIR INIBIDOR DE ODOR</p> <p>CAMADA INTERNA: COMPOSTA DE POLPA DE CELULOSE E FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES PARA MAIOR ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDO, MANTENDO A UMIDADE LONGE DO CONTATO DIRETO DA PELE, CAMADA EXTERNA CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, A BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS. CAMADA INTERNA E EXTERNA PERFEITAMENTE SOBREPOSTAS, COM BORDAS UNIDAS, PARA EVITAR DESLOCAMENTO DA CAMADA INTERMEDIÁRIA NO USO, INDICADOR DE UMIDADE PARA FACILITAR A TROCA, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, COM MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO. MEDIDAS: A CINTURA DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 120CM A 165CM, PESO DO USUÁRIO ACIMA DE 90KG. PACOTE COM NO MÍNIMO 7 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº 36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RESOLUÇÃO - RDC Nº185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001. NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE.</p> | 5.000 | PÇ |
| Valor total do lote | | | R\$ | |



| LOTE 10 – FRALDAS G - MARCAS SUAVIDADE, PLENITUDE OU MAXFRAL/ CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL | | | | |
|---|-------|---|-------|-------|
| ITEM | CEBI | ESPECIFICAÇÃO | QTDE. | UNID. |
| 1 | 46035 | <p>FRALDAS G (MARCAS SUAVIDADE, PLENITUDE OU MAXFRAL) - FRALDA DESCARTÁVEL USO ADULTO - TAMANHO G, GERIÁTRICA TAMANHO GRANDE ATÓXICA, FORMATO ANATÔMICO.</p> <p>CAMADA EXTERNA: IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, TIPO FILME DE POLIETILENO.</p> <p>CAMADA INTERMEDIÁRIA: PAINEL DE ABSORÇÃO EM FORMATO ANATÔMICO, COMPOSTA POR ALGODÃO HIDRÓFILO, DE POLPA DE CELULOSE E MATERIAIS POLIMÉRICOS ABSORVENTES, COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL, CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA, E COM CAPA DE APOIO ESTRUTURAL.</p> <p>COMPOSTA POR 04 FITAS ADESIVAS TIPO ABRE-FECHA, SISTEMA ABRE/FECHA SEM PERDA DA ADERÊNCIA, COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO, AS EXTREMIDADES LIVRES DEVEM SER ADEQUADAMENTE PROTEGIDAS, PRESERVANDO A ADESIVIDADE.</p> <p>A FRALDA DEVERÁ TER FORMATO ANATÔMICO, COM MÚLTIPLOS ELÁSTICOS PARA GARANTIR AJUSTE PERFEITO E IMPEDIR VAZAMENTOS, DEVENDO APRESENTAR ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS COM NO MÍNIMO 3 FIOS, ABSORÇÃO INTENSA E POSSUIR INIBIDOR DE ODOR.</p> <p>CAMADA INTERNA: COMPOSTA DE POLPA DE CELULOSE E FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES PARA MAIOR ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDO, MANTENDO A UMIDADE LONGE DO CONTATO DIRETO DA PELE, CAMADA EXTERNA CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, A BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS. CAMADA INTERNA E EXTERNA PERFEITAMENTE SOBREPOSTAS, COM BORDAS UNIDAS, PARA EVITAR DESLOCAMENTO DA CAMADA INTERMEDIÁRIA NO USO, INDICADOR DE UMIDADE PARA FACILITAR A TROCA, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO, COM MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO.</p> <p>MEDIDAS: A CINTURA DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 115 A 150CM, PESO DO USUÁRIO NO MÍNIMO 70 A 90KG.</p> <p>PACOTE COM NO MÍNIMO 7 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº 36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM. EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE CONTENHA EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RESOLUÇÃO - RDC Nº185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001.</p> <p>NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE.</p> <p>CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL DEVERÁ SER FORNECIDO AS MARCAS SUAVIDADE OU PLENITUDE OU MAXFRAL. NÃO SERÁ ACEITO MODELO TIPO ROUPA ÍNTIMA DE VESTIR, SOMENTE COM FITAS ADESIVAS.</p> | 5.000 | PC |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

| LOTE 11 - SONDA PARA GASTRONOMIA | | | | |
|----------------------------------|------|--|-------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 5515 | <p>SONDA PARA GASTROSTOMIA A NÍVEL DE PELE (TIPO BOTTON – MIC KEY) - TUBO PARA GASTROSTOMIA EM NÍVEL DE PELE, EM SILICONE GRAU MÉDICO TRANSPARENTE, COM LISTA RADIOPACA AO LONGO DE SEU COMPRIMENTO. FIXAÇÃO INTERNA POR BALÃO DE SILICONE. VÁLVULA PARA ENCHIMENTO DO BALÃO COM DISPOSITIVO ANTI-REFLUXO. VIA DE ENTRADA PARA A ALIMENTAÇÃO COM SISTEMA DE TRAVA PARA CONEXÃO DE SONDAS EXTENSORAS. KIT COMPLETO COMPOSTO DE TUBO PARA GASTROSTOMIA, SONDA EXTENSORA DE 12 CM COM PINÇA, SONDA EXTENSORA PARA ALIMENTAÇÃO EM BOLUS DE 12 CM COM PINÇA, SERINGA DE 6 ML PARA LÍQUIDOS E SERINGA PARA ALIMENTAÇÃO DE 35 ML.</p> | 6 | UN |
| Valor total do lote | | | R\$ | |



| LOTE 12 - LEITOR DE GLICOSE FREE STYLE | | | | |
|---|------|---|------------|-------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 3107 | LEITOR DE GLICOSE FREESTYLE LIBRE - EQUIPAMENTO PARA LEITURA DE USO EM CONJUNTO COM SENSOR DE MONITORAMENTO CONTINUO DE GLICOSE INTERSTICIAL, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS POR ATÉ 90 DIAS DE USO COMUM. TELA VISÍVEL AO TOQUE E CONECTIVIDADE ATRAVÉS DE PORTA USB, EQUIPADO COM BATERIA RECARREGÁVEL DE ION-LITIO COM DURAÇÃO DE 7 DIAS DE USO COMUM. APRESENTAR 7 TIPOS DE RELATÓRIOS NO LEITOR, PROPORCIONANDO MELHOR GERENCIAMENTO DOS REGISTROS DE GLICOSE. DEVERÁ POSSUIR GLICOSÍMETRO INTEGRADO DE GLICOSE E DE CETONA, COMPATÍVEL COM TIRAS DE GLICOSE E CETONA NO SANGUE FREESTYLE OPTIUM, COM INTERVALO DO ENSAIO DE GLICOSE NO SANGUE DE 20 A 500 MG/DL E INTERVALO DO ENSAIO DE CETONA NO SANGUE DE 0.0 MMOL/L A 8.0 MMOL/L. O LEITOR DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE CABO USB, ADAPTADOR DE ENERGIA, MANUAL DO USUÁRIO E O GUIA DE INÍCIO RÁPIDO. CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL O MODELO A SER ADQUIRIDO DEVERÁ SER FREESTYLE LIBRE DO FABRICANTE ABBOTT DIABETES CARE LIMITED - REINO UNIDO | 3 | PC |
| 2 | 3108 | SENSOR MODELO FREESTYLE LIBRE DE USO CONJUNTO COM LEITOR ESPECIFICO, PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE INTERSTICIAL, A SER UTILIZADO NA PARTE POSTERIOR DO BRAÇO, DE FÁCIL APLICAÇÃO SEM A NECESSIDADE DO AUXÍLIO DE UM PROFISSIONAL DE SAÚDE E SEM CALIBRAÇÃO COM GLICEMIA CAPILAR. VIDA ÚTIL DO SENSOR DE 14 DIAS, COM LEITURAS DE GLICOSE ARMAZENADAS A CADA 15 MINUTOS, SENDO NECESSÁRIO SCANNER, A CADA 8 HORAS, NO MÍNIMO, PARA GARANTIR A CAPTAÇÃO DOS DADOS DE GLICOSE DE UM INTERVALO DE 24 HORAS. RESISTENTE A ÁGUA, PODENDO SUPORTAR IMERSÃO EM ATE UM METRO DE ÁGUA POR ATE 30 MINUTOS. TECNOLOGIA ELETROQUÍMICA AMPEROMETRICA PARA MONITORAMENTO CONTINUO DE GLICOSE INTERSTICIAL, COM INTERVALO DE LEITURA DE GLICOSE DE 40 A 500MG/DL. CADA SENSOR DEVERA VIR EM SEU RECIPIENTE PRÓPRIO, ACOMPANHADO DO APLICADOR DE SENSOR, LENÇO UMEDECIDO COM ÁLCOOL E COM INSTRUÇÕES DE USO. CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL DEVERA SER ADQUIRIDO SENSOR DO MODELO FREESTYLE LIBRE DO FABRICANTE ABBOTT DIABETES CARE LIMITED - REINO UNIDO. | 110 | PC |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

| LOTE 13 - PILHAS/BATERIAS AUDITIVAS | | | | |
|--|-------|--|------------|----------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 42486 | PILHAS/BATERIAS AUDITIVAS PARA IMPLANTE COCLEAR ZINC-AIR P675, NÃO RECARREGÁVEIS. COMPATÍVEL COM IMPLANTE COLCLEAR DO MODELO FREEDOM BTE COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, CARTELA COM NO MÍNIMO 6 UNIDADES. MARCAS POWER ONE IMPLANT PLUS OU RAYOVAC IMPLANT PRO +. | 900 | UNIDADES |
| Valor total do lote | | | R\$ | |



| LOTE 14 | | | | |
|----------------------------|-------|---|------------|----------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 42458 | PILHAS ENERGIZER MAX AA, PARA USO EM BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA. CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, DEVERÁ SER ADQUIRIDA A MARCA ENERGIZER MAX, NÃO SENDO POSSÍVEL A INTERCAMBIALIDADE POR SIMILAR. | 180 | UNIDADES |
| 2 | 36986 | PILHAS ENERGIZER MAX AAA, PARA USO EM BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA. CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, DEVERÁ SER ADQUIRIDA A MARCA ENERGIZER MAX, NÃO SENDO POSSÍVEL A INTERCAMBIALIDADE POR SIMILAR. | 40 | UNIDADES |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

| LOTE 15 - AQUISIÇÃO DE BOMBA DE INSULINA - FABRICANTE MEDTRONIC | | | | |
|--|-------|--|------------|----------|
| ITEM | CEBI | DESCRIÇÃO | QUANT | UNID. |
| 1 | 46280 | Dispositivo para infusão de insulina 6mm I-Port Advance (GUIDE MMT-100) caixa com 10 unidades | 55 | CAIXAS |
| 2 | 40791 | Aplicador do Conjunto de Infusão Quick-Set Modelo MMT-305QS | 4 | CAIXAS |
| 3 | 47486 | Bomba de Infusão de Insulina Sistema Minimed 780G com tecnologia SmartGuard Modelo MMT-1896BP | 2 | UNIDADES |
| 4 | 40790 | Care Link USB Black Modelo - MMT 7306 | 2 | UNIDADES |
| 5 | 47487 | Blue Adapter - MiniMed 780G ACC-1003911F | 2 | UNIDADES |
| 6 | 39322 | Cateter Quick Set (conjunto de infusão) MMT-399, comprimento 6mm X 60cm. Caixa com 10 unidades | 40 | CAIXAS |
| 7 | 33687 | Cateter Quick Set (Conjunto de infusão) MMT 397, comprimento 9mm X 60cm. Caixa com 10 unidades | 70 | CAIXAS |
| 8 | 33689 | Reservatorio Paradigm Minimed 3,00 mL Modelo MMT-332A. Caixa com 10 unidades | 110 | CAIXAS |
| 9 | 47488 | Sensor de Glicose Guardian Sensor 3 MMT-7020C1. Caixa com 05 unidades | 110 | CAIXAS |
| 10 | 47489 | Transmissor Guardian Link 3 Modelo MMT-7810W1 (sistema Minimed 640G) | 7 | UNIDADES |
| 11 | 48551 | Transmissor Guardian Link 3 BLE Modelo MMT-7910W1 (sistema Minimed 780G) | 3 | UNIDADES |
| Valor total do lote | | | R\$ | |

- A quantidade é apontada por estimativa, ficando claro desde já à empresa vencedora que em caso das quantidades não serem atingidas nada será devido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.
- A Secretaria de Saúde se responsabilizará pelo pedido dos insumos e envio das ordens de compra à empresa detentora da ata de Registro de Preços;
- Os insumos deverão ter prazo de validade não inferior a 12 meses a partir da data da entrega no Almoxarifado, com exceção dos Sensores de Glicose modelo MMT-7020C1 cujo produto é fabricado com validade de 12 meses e trata-se de produto importado.
- A validade dos sensores não poderá ser inferior a 50% da data de sua fabricação, que corresponderá a 180 dias. A proponente vencedora responderá pela qualidade dos insumos fornecidos, inclusive quanto às normas de validade e fiscalização dos mesmos.
- A Administração Municipal rejeitará no todo ou em parte os insumos que estiverem em desacordo com a proposta apresentada, embalagens amassadas, defeito de fabricação, fora do prazo de validade, em desconformidade com a marca apresentada, devendo a empresa vencedora substituí-los de imediato sem qualquer ônus adicional a Administração.



- No caso de ser constatada qualquer anormalidade nos insumos a empresa vencedora será comunicada imediatamente a fim de garantir a sua qualidade, devendo, para tanto providenciar a imediata substituição dentro de 02 (dois) dias uteis sem qualquer ônus adicional à Administração Municipal. Ficando ainda a licitante exclusiva responsável por quaisquer danos ou prejuízos que venham a causar a Prefeitura e a terceiros.
- A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
 1. Apresentação da Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária do Município de origem ou Estado (onde a empresa licitante esta estabelecida);
 2. Comprovação de autorização de funcionamento (AFE) por órgão competente do Ministério da Saúde, incumbido da Vigilância Sanitária dos produtos em objeto, contendo permissão para que a empresa licitante exerça as atividades sob regime de vigilância sanitária.
 3. Registro do Produto no Ministério da Saúde dentro de sua validade, e estando o registro vencido, deverá ser apresentada cópia da revalidação do mesmo atualizada ou cópia da publicação no D.O.U especificando o deferimento da revalidação.
- No caso de produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados, deverão ser apresentadas cópias das publicações no Diário Oficial da União que conste a Dispensa de Registro dos mesmos .
- As entregas deverão ser por conta e risco da detentora, nas quantidades solicitadas, e deverão estar obrigatoriamente acompanhadas dos documentos fiscais, devidamente discriminados com todos os insumos/produtos, marcas, nome do fabricante/laboratório, número do registro no Ministério de Saúde/ANVISA, lote, validade e respectivos valores, de acordo com o registro em ata;
- As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos cuidados do farmacêutico responsável, durante o período das 7:30 as 12:00 horas (segundas-feiras às sextas-feiras) e das 13:30 as 16:30 horas (segundas, terças, quintas e sextas-feiras), sob o endereço Av. Adib Chaib, nº 2.250 – telefone para contato (19) 3805-4963;
- O prazo de entrega dos insumos deverá ser de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento do empenho ou objeto similar, podendo ser prorrogado por 7 (sete) dias, mediante análise e aprovação do setor requisitante, uma vez que a não entrega do produto causa prejuízo imediato ao paciente;
- Em caso do prazo acima estipulado coincidir com feriados, pontos facultativos, sábados ou domingos, a entrega deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil após;
- O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da ata de registro de preços

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A quantidade é apontada por estimativa, ficando claro desde já à empresa vencedora que em caso das quantidades não serem atingidas nada será devido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.

A Secretaria de Saúde se responsabilizará pelo pedido dos insumos e envio da ordem de compras à empresa detentora da ata de Registro de Preços;

Os insumos deverão ter prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a partir da data da entrega no Almoxarifado. A proponente vencedora responderá pela qualidade dos materiais/insumos fornecidos, inclusive quanto às normas de validade e fiscalização dos mesmos.



A Administração Municipal rejeitará no todo ou em parte os insumos que estiverem em desacordo com a proposta apresentada, embalagens amassadas, vazamento, defeito de fabricação, fora do prazo de validade, em desconformidade com a marca apresentada, devendo a empresa vencedora substituí-los de imediato sem qualquer ônus adicional a Administração.

No caso de ser constatada qualquer anormalidade nos insumos a empresa vencedora será comunicada imediatamente a fim de garantir a sua qualidade, devendo, para tanto providenciar a imediata substituição dentro de 02 (dois) dias úteis sem qualquer ônus adicional à Administração Municipal. Ficando ainda a licitante exclusiva responsável por quaisquer danos ou prejuízos que venham a causar a Prefeitura e a terceiros.

A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

4. Apresentação da Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária do Município de origem ou Estado (onde a empresa licitante esta estabelecida);
5. Comprovação de autorização (AFE) por órgão competente do Ministério da Saúde, incumbido da Vigilância Sanitária dos produtos em objeto, contendo permissão para que a empresa licitante exerça as atividades sob regime de vigilância sanitária.
6. Registro do Produto no Ministério da Saúde dentro de sua validade, e estando o registro vencido, deverá ser apresentada cópia da revalidação do mesmo atualizada ou cópia da publicação no D.O.U especificando o deferimento da revalidação.

As entregas deverão ser por conta e riscos da detentora, nas quantidades solicitadas, deverão estar obrigatoriamente acompanhadas dos documentos fiscais, devidamente discriminados com todos os insumos, marcas e respectivos valores, de acordo com o registro em ata;

As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos cuidados do farmacêutico responsável, durante o período das 7:30 as 12:00 horas (segundas-feiras às sextas-feiras) e das 13:30 as 16:30 horas (segundas, terças, quintas e sextas-feiras), sob o endereço Av. Adib Chaib, nº 2.250 – telefones para contato (19) 3805-4963/ (19) 3805-8349;

O prazo de entrega dos insumos deverá ser de até 15 (dez) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra, podendo ser prorrogado por 7 (sete) dias, mediante análise e aprovação do setor requisitante, uma vez que a não entrega do medicamento/produto causa prejuízo imediato ao paciente;

Em caso do prazo acima estipulado coincidir com feriados, pontos facultativos, sábados ou domingos, a entrega deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil após;

O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da ata de registro de preços



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. ____/2023, e cumprimento às exigências contidas no art. 4º, incisos VII da Lei n. 10.520/2002, declara sob as penas da Lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação contidos no Edital n. ____/2023.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Mogi Mirim, ____ de _____ de 2023.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. ____/2023, declara sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres. Declara ainda que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos o presente.

Mogi Mirim, ____ de _____ de 2023.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. _____ /2023,
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS
AQUISIÇÕES MATERIAIS HOSPITALARES, INSUMOS
PARA DIABETES DESTINADOS A REDE BÁSICA DE
SAÚDE, INSUMOS E BOMBA DE INFUSÃO DE
INSULINA COM OS ACESSÓRIOS E DISPOSITIVO
PARA INFUSÃO DE INSULINA PARA ATENDIMENTO
DE DEMANDA JUDICIAL, DO MUNICÍPIO DE MOGI
MIRIM DE MOGI MIRIM/SP, PELO PERÍODO DE 12
MESES DE ACORDO COM O – TERMO DE REFERÊNCIA
– PROCESSO 22.490/2023 – PREGÃO ELETRONICO
133/2023.**

Ao _____ dia do mês de _____ do ano de dois mil, vinte e três, a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, neste ato representado por _____, _____; e, a empresa _____, sito à _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita sob o CNPJ n. _____ e Inscrição Estadual nº _____, neste ato, representada por seu representante legal, Senhor _____, portador da cédula de identidade RG n. _____, inscrito no CPF/MF sob n. _____, em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Municipal n. 3.705/2004, Decreto Municipal n. 3.900/2006, Lei Complementar n. 123/06 e suas posteriores alterações e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/1993, e demais normas aplicáveis à espécie, resolvem contratar a empresa classificadas em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão Eletrônico n. ____/2023 e aquelas enunciadas conforme segue:

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado nesta municipalidade, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento do item (ns) deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: _____, CNPJ n. _____, com sede no _____, telefone _____, fax _____, representada por seu _____, Sr. _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado em _____, RG n. _____ e CPF n. _____.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Secretaria solicitante mediante emissão da respectiva Ordem de Compras, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2023.

2.2 O compromisso de entrega estará caracterizado mediante o envio da Ordem de Compras, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2023, através do e-mail constante da proposta comercial enviada pelo Fornecedor, cabendo a este, eventuais atualizações cadastrais.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 Conforme o lance ofertado pelo FORNECEDOR, através do retro citado Pregão Eletrônico n. ____/2023, o preço será conforme discriminação abaixo especificada:



LOTES

.....

.....

3.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS E DE ENTREGA

3.2.1 A quantidade é apontada por estimativa, ficando claro desde já à empresa vencedora que em caso das quantidades não serem atingidas nada será devido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.

3.2.2 A Secretaria de Saúde se responsabilizará pelo pedido dos insumos e envio da ordem de compras à empresa detentora da ata de Registro de Preços;

3.2.3 Os insumos deverão ter prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a partir da data da entrega no Almoxarifado. A proponente vencedora responderá pela qualidade dos materiais/insumos fornecidos, inclusive quanto às normas de validade e fiscalização dos mesmos.

3.2.4 A Administração Municipal rejeitará no todo ou em parte os insumos que estiverem em desacordo com a proposta apresentada, embalagens amassadas, vazamento, defeito de fabricação, fora do prazo de validade, em desconformidade com a marca apresentada, devendo a empresa vencedora substituí-los de imediato sem qualquer ônus adicional a Administração.

3.2.5 No caso de ser constatada qualquer anormalidade nos insumos a empresa vencedora será comunicada imediatamente a fim de garantir a sua qualidade, devendo, para tanto providenciar a imediata substituição dentro de 02 (dois) dias úteis sem qualquer ônus adicional à Administração Municipal. Ficando ainda a licitante exclusiva responsável por quaisquer danos ou prejuízos que venham a causar a Prefeitura e a terceiros.

3.2.6 As entregas deverão ser por conta e riscos da detentora, nas quantidades solicitadas, deverão estar obrigatoriamente acompanhadas dos documentos fiscais, devidamente discriminados com todos os insumos, marcas e respectivos valores, de acordo com o registro em ata;

3.2.7 As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, aos cuidados do farmacêutico responsável, durante o período das 7:30 as 12:00 horas (segundas-feiras às sextas-feiras) e das 13:30 as 16:30 horas (segundas, terças, quintas e sextas-feiras), sob o endereço Av. Adib Chaib, nº 2.250 – telefones para contato (19) 3805-4963/ (19) 3805-8349;

3.2.8 O prazo de entrega dos insumos deverá ser de até 15 (dez) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra, podendo ser prorrogado por 7 (sete) dias, mediante análise e aprovação do setor requisitante, uma vez que a não entrega do medicamento/produto causa prejuízo imediato ao paciente;

3.2.9 Em caso do prazo acima estipulado coincidir com feriados, pontos facultativos, sábados ou domingos, a entrega deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil após;

3.2.10 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da ata de registro de preços

4. VALOR DO TERMO CONTRATUAL



4.1 Os contratantes estimam o valor do presente instrumento pela importância global de R\$ _____ (_____).

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 O Município de Mogi Mirim adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico.

6. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados serão confrontados com os praticados no mercado e assim controlados pelo Município de Mogi Mirim.

6.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual reajuste (para mais ou para menos) daqueles existentes no mercado, cabendo ao Município de Mogi Mirim convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

6.3 Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o Município de Mogi Mirim poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados na ordem de classificação.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de registro de preços;
- b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- c) houver razões de interesse público.

7.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

7.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

8. DA TRANSFERÊNCIA DO TERMO CONTRATUAL

8.1 AO FORNECEDOR é expressamente vedada a transferência, no todo ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste termo contratual.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O FORNECEDOR se descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente termo ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93.

9.2 De conformidade com o artigo 86 da lei n. 8.666/93, o FORNECEDOR, garantido a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

9.3 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o FORNECEDOR, garantido a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

9.3.1 – Advertência;



9.3.2 – Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

9.3.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

9.4 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

10. DA RESCISÃO

10.1 O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente instrumento, independentemente de qualquer interpelação judicial e ou extrajudicial, dispensando ainda, o pagamento de qualquer indenização e ou ressarcimento de qualquer natureza, nos seguintes casos:

1º Decretação de falência do FORNECEDOR sem que a mesma apresente plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo ou manifesta impossibilidade de cumprir com as obrigações contratuais.

2º Transferência total ou parcial do contrato a terceiros.

3º Infração de quaisquer das cláusulas pactuadas neste termo contratual.

11. DOS ENCARGOS DO FORNECEDOR REGISTRADO

11.1. O FORNECEDOR assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o CONTRATANTE de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência da execução dos serviços, inclusive quanto às de natureza indenizatória, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil e de quaisquer outros, que sempre e necessariamente correrão por conta e risco do FORNECEDOR.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O Município pagará o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do objeto do presente licitatório e fica condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, que deverá ser entregue juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS, em plena validade, devidamente atestado por funcionário credenciado do CONTRATANTE.

§1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da ordem de compra, o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco), anexo.

§2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência,

a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

12.3 O pagamento será efetuado no décimo quinto dia do mês subsequente a data do aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo dos serviços, após a entrega da documentação descrita no item e 12.1, e fica condicionado à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade.



12.5 A CONTRATADA não poderá negociar títulos provenientes deste termo.

13. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura, ou seja em ____/____/202__

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Fica fazendo parte integrante e inseparável do presente termo contratual, não só o Edital referente ao Pregão Eletrônico n. ____/2023, como também a proposta de preços enviada pelo FORNECEDOR, para os fins aqui contidos.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os recursos necessários para fazer frente às despesas do contrato onerarão as dotações orçamentárias:

| Dotação | Programa de Trabalho | Código Orçamentário | Fonte de Recurso |
|----------------|-----------------------------|----------------------------|--|
| 494 | 014912.1030310042.029 | 3.3.90.30.00 | 2 - Transferências e Convênios Estaduais |
| 496 | 014912.1030310042.153 | 3.3.90.30.00 | 1 - Tesouro |

16. DAS COMUNICAÇÕES E DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

16.1 O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a esta Ata, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

16.2 De acordo com o Decreto 8436/2021, o GESTOR da Ata de Registro de Preços, será nomeado por portaria, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações e pedidos do material, verificação de prazo de entrega e vigência da Ata, tramitação de notas fiscais junto a Secretaria de Finanças, bem como outros atos que se referem a este.

16.3 Caso o Gestor não obtenha êxito nas comunicações, caberá ao Secretário de Suprimentos e Qualidade as demais notificações.

17. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A presente Ata será divulgada no jornal Oficial do Município.

18. DO FORO

18.1 As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Mogi Mirim (SP), com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento os representantes do Município de Mogi Mirim e o fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais.

Mogi Mirim, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM
FORNECEDOR REGISTRADO
AS TESTEMUNHAS



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ME ou EPP

A (nome da empresa)....., com sede à (rua/av./praça), nº, bairro, na cidade de, estado, inscrita no CNPJ sob o nº e IE nº, através de seu(sócio, procurador, etc), o(a) Sr.(a). (nome completo), portador(a) do CPF nº e RG nº....., residente e domiciliado(a) à (rua/av./praça), nº, bairro, na cidade de, estado, DECLARA com base nos Artigos de 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/06, que é..... (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



ANEXO VI – CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE

| | |
|--------------------|--|
| Nome: | |
| Cargo: | |
| CPF: | |
| Período de gestão: | |

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2021, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

Mogi Mirim, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

(a)
Cargo
Responsável pelo preenchimento



ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO Nº(DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO(S): (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA: CNPJ

Nº: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)